

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 20/03/2018

- [Depoimento especial - Ceará discute reestruturação de equipes técnicas](#)
- [Justiça Restaurativa - primeiro curso nacional reúne 87 juízes](#)
- [Audiência pública debate inexistência de DPCA em Olinda](#)

Assunto: Depoimento especial - Ceará discute reestruturação de equipes técnicas

Fonte: CNJ

Data: 20/03/2018



Em continuidade às ações de reestruturação das Equipes Multiprofissionais da Infância e Juventude, propostas pela desembargadora Maria Vilauba Fausto Lopes, foi promovida reunião com o presidente da Cooperativa dos Psicólogos do Ceará (COOPSIC), Érico Valente. O encontro ocorreu na sede do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) nessa sexta-feira (09/03).

A magistrada preside a Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) do Tribunal. A iniciativa discute propostas para a composição de equipes multiprofissionais, o que resultará em uma maior celeridade processual e na elevação do quantitativo de decisões judiciais na área da Infância e Juventude em todo o Estado.

O Termo de Abertura do Projeto de Reestruturação das Equipes Multiprofissionais, em atendimento ao Provimento nº 36/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e à Lei Federal nº 13.431/2017, encontra-se em fase de análise pela Secretaria de Planejamento do Tribunal de Justiça.

Também participaram da reunião os servidores Raul Feitosa e Erlane Farias, da Secretaria de Gestão de Pessoas; e Alexandre Diogo Sabóia, da Consultoria Jurídica do TJCE. Simultaneamente a esse evento, foi realizada, na Coordenadoria de Processos Administrativos e Judiciais do Juizado da Infância e Juventude, reunião entre técnicas da Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ) e da Comissão Judiciária Estadual de Adoção Internacional (Cejai), com a participação das técnicas das Equipes de Adoção, Manutenção do Vínculo e do

Ato Infracional. O encontro teve como finalidade discutir os fluxos de trabalho, com detalhamento de ações e procedimentos a partir da realidade vivenciada.

Assunto: Justiça Restaurativa - primeiro curso nacional reúne 87 juízes

Fonte: CNJ

Data: 20/03/2018



Juízes de todo o País iniciaram, nesta segunda-feira (19/3), o primeiro curso de Justiça Restaurativa da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam). Com 87 inscritos, o programa é fruto de termo de cooperação firmado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a escola.



Todos os tribunais estaduais e federais enviaram ao menos um juiz para participar do curso “Justiça Restaurativa: Fundamentos, Princípios e Valores”. A Enfam solicitou que os tribunais indicassem até três magistrados, um dos quais teria as despesas cobertas pela escola.

"É o primeiro curso de Justiça Restaurativa oferecido pela Enfam. Entre outros pontos, leva o juiz a compreender os conceitos, até para distinguir a Justiça Restaurativa e as inúmeras práticas restaurativas. Acabam sendo confundidas", conta Andremara dos Santos, juíza auxiliar da presidência do CNJ, inscrita como aluna.

Na Justiça Restaurativa, as partes de um conflito — os envolvidos, os impactados e a comunidade — se reúnem, de modo voluntário. E, pelo diálogo, buscam reparar danos, restaurar relações e indicar responsabilidades. O foco é superar o impasse, diz Andremara. "Há casos em que o termina o processo e o conflito não, o que gera inúmeras outras ações".



Entre os sete instrutores, está a professora canadense Evelyn Zellerer, PhD e especialista na área. A vinda foi apoiada pela Embaixada do Canadá, país referência na aplicação do modelo. Membro do Comitê Gestor da Justiça Restaurativa do CNJ, o juiz do TJRS Leoberto Brancher também é um dos professores.

Foram formadas quatro turmas, com até 24 alunos cada. O conteúdo está em linha com a Resolução n. 225/2016 do CNJ, que regula a aplicação Justiça Restaurativa. As aulas, com 20 horas aula, acabam sexta-feira (23/03).

Assunto: Audiência pública debate inexistência de DPCA em Olinda

Fonte: Ministério Público de PE

Data: 20/03/2018



O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) buscou encontrar soluções para a situação do atendimento a crianças e adolescentes em Olinda, onde não existe Delegacia de Polícia especializada, apesar de os menores de 18 anos serem 25% da população. “Não há justificativa para tal omissão do poder público, inclusive diante da expressiva e notória demanda. Além disso, nesse momento, há um reconhecimento de que nem a equipe de Paulista, nem a do Recife teria condição de atender todas as ocorrências de Olinda”, apontou a promotora de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude do município, Aline Arroxelas.

Após o debate, ocorrido na quarta-feira (14), o Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente (DPCA), representado pelo delegado da Polícia Civil Darlson Macedo, se comprometeu a realizar reuniões com as equipes das delegacias de Olinda (Varadouro, Peixinhos, Rio Doce) para reforçar a necessidade de atendimento prioritário às demandas envolvendo crianças ou adolescentes em situação de violência. O órgão também colocou à disposição, como medida emergencial, a equipe técnica do Delegacia de Polícia de Crimes Contra Criança e Adolescente e Atos Infracionais (DPCCAI), localizada na Madalena, no Recife.

“Nos casos que precisarem de escuta qualificada, iremos disponibilizar o nosso setor de apoio técnico para ouvir essas crianças e adolescentes. Após registro e apuração do boletim de ocorrência, quando houver necessidade, os delegados de Olinda podem agendar com a equipe técnica de Recife, composta por profissionais de psicologia, serviço social, pedagogia. Ao final, será confeccionado um relatório técnico, devolvido ao delegado de Olinda, presidente do inquérito, para que ele anexe aos autos”, explicou Darlson.

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas de Segurança da Universidade Federal de Pernambuco (NEPS/UFPE), representado pelo pesquisador José Luiz Ratton, também sugeriu que o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude (Caop Infância e Juventude) do MPPE e a Promotoria de Olinda levassem a demanda ao Governo do Estado, através da participação numa das reuniões do Pacto Pela Vida. Além disso, também ficou a sugestão de uma reunião mediada pelo Caop Infância e Juventude com outras promotorias de infância e juventude do estado que apresentem demanda semelhante, a fim de se mapear a necessidade de delegacias especializadas no atendimento de crianças e adolescentes em todo o estado de Pernambuco.

“O que a gente quer é provocar uma discussão do Governo do Estado, integradamente do interior até a região metropolitana, para que se pense esse sistema de atendimento dessas crianças e adolescentes como um todo, não em cada cidade separadamente. É preciso que o governo se comprometa a resolver a demanda a longo prazo, pois ela é muito sensível e tem

reflexos inclusive na segurança pública do estado. O que não pode é ficar sem esse atendimento especializado”, finalizou Aline Arroxelas.

A audiência ocorreu no auditório da Promotoria de Justiça de Olinda, localizada na Vila Popular, e contou com a participação de representantes da administração municipal, da Secretaria Estadual de Defesa Social (SDS), Polícias Civil e Militar, conselheiros tutelares, membros do Ministério Público e do Poder Judiciário e entidades da sociedade civil.